

De volta à terra pátria: o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para o Brasil (1921)*

LUCIANA PESSANHA FAGUNDES**

Hier quinze cent miles personnes dans les Champs-Élysées! (...) Au moment où le corps de Napoléon est entré aux Invalides, il s'est formé un arc-en-ciel (...). Il est l'homme des prestiges jusqu'au bout. Paris, la ville des miracles¹.
Balzac, 16 de dezembro de 1840 (*Apud* Fureix, 2009:313).

(...) o povo suspirava pelo momento em que, sereno na sua fortaleza, pudesse realizar o desejo do seu último soberano, fazendo-o repousar para sempre no solo abençoado da pátria. E como esse dia havia finalmente chegado, a cidade chorava e sorria ao mesmo tempo, sob o império da mais violenta das emoções².
O Imparcial, 9 de janeiro de 1921.

As palavras de Balzac sobre o retorno das cinzas de Napoleão a Paris, e as do periódico carioca *O Imparcial* sobre a volta dos despojos de Pedro II ao Rio de Janeiro, fornecem uma noção ligeira, porém intensa, da dramaticidade e do maravilhoso que permearam ambos os traslados³. Apesar de separados por mais de um século, e guardadas as devidas ressalvas referentes ao contexto em que ocorreram, os dois relatos trazem características em comum que tornam a utilização do primeiro, extremamente rica para pensarmos o segundo.

Para o caso francês, vemos que a proposição de retorno das cinzas realizada pelo primeiro ministro de Luis Felipe, Adolph Thiers⁴, tinha como objetivo celebrar, através da memória napoleônica, a pátria francesa e a Monarquia de Julho⁵, um regime deficiente de glórias e que enfrentava um período turbulento marcado por crises⁶. Tratava-se então, de organizar o “retorno” de Napoleão, de forma que o regime de Luis Felipe pudesse dele tirar vantagens, apostando em um equilíbrio hábil entre a homenagem imperial e a reconciliação nacional. Para isso, o Napoleão celebrado pelo regime de Luis Felipe seria o herói guerreiro que lutou pela pátria, associando virtudes cívicas e glória militar (Fureix, 2009: 284; Ben-Amos, 2000: 75). Ou seja, a Monarquia

* Este artigo é uma versão resumida do quarto capítulo de minha tese, intitulada *Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s)*, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), sob orientação da professora Angela Maria de Castro Gomes.

** Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutora em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).

de Julho celebrava o grande chefe militar, e não o soberano ou o legislador. Uma clara estratégia para evitar riscos, pois o retorno das cinzas se tornou um evento tenso politicamente, no qual disputas políticas ocupavam um lugar tão importante quanto as “memórias sentimentais” do período napoleônico (Ben-Amos, 2000: 71). Assim, o Napoleão celebrado por Luis Felipe era um, entre outras possibilidades, ficando claro que o traslado de 1840 favorecia um diálogo, em que emergiam uma pluralidade de versões sobre o passado e sobre Napoleão⁷, que tomaram o espaço público, tornando-o um lugar privilegiado de disputas memoriais.

Nesta rápida análise do retorno das cinzas de Napoleão, através dos trabalhos de Fureix e Ben-Amos, observamos várias das questões que aparecerão quando nos debruçamos sobre o traslado dos despojos de Pedro II em 1921. Primeiramente, podemos perceber a importância do traslado como um momento propício a um trabalho de reconstrução nacional, realizada através do ritual fúnebre organizado pelo regime republicano. No caso do regime francês, a Monarquia de Julho, no brasileiro, a Primeira República. Assim, se para o regime de Luis Felipe, será o Napoleão ‘chefe militar’, o grande eleito para o panteão, qual será a(s) faceta(s) de d. Pedro II capaz de preencher as demandas meritocráticas do panteão republicano da Primeira República? E mais importante, como será feita tal glorificação? O objetivo deste artigo é responder a tais perguntas, através da análise do retorno dos despojos de Pedro II, em janeiro de 1921, recebidos com pompa na cidade do Rio de Janeiro, então capital republicana.

Todavia, a glorificação de Pedro II não começa em 1920, com a revogação do banimento. Podemos considerar as construções quando de sua morte em 1891, como um primeiro passo nesse sentido, através da estratégia de separar Pedro II e Pedro de Alcântara. Uma construção memorial que continuaria a ser “alimentada” ao longo das décadas republicanas, reforçando-se a faceta Pedro de Alcântara cidadão ideal, quase um republicano, que prestou grandes serviços à pátria, e morreu longe dela, no martírio do exílio⁸. Um “juízo póstumo” (Catroga, 1999: 31) que tornaria possível, na década de 20, a integração do último imperador ao panteão construída pela República, figurando ao lado de Floriano Peixoto, Machado de Assis, Oswaldo Cruz, Joaquim Nabuco, Barão de Rio Branco e Rui Barbosa.

Como ressaltou João Gonçalves, a cada um desses personagens foi atribuída “uma idéia, valor ou instituição” associados à Nação, que através de uma “retórica cívica”, transformou Machado de Assis no “chefe incontestado de nossa literatura”; Floriano Peixoto na “reliquia sagrada da república” (Gonçalves, 2000); e consagrou Nabuco como o seu primeiro embaixador, sendo relegada a segundo plano sua atuação abolicionista (Bonafé, 2008:120). Assim, fossem eles literatos ou políticos, encarnavam, acima de tudo, a Nação. O que possibilitava, analisa Gonçalves, que a República celebrasse Pedro II, ao representá-lo como “símbolo de um Brasil passado que, embora não devesse voltar, merecia ser comemorado por ter contribuído para a formação da Pátria”, integrando-o a um conjunto variado de figuras, que apesar das diferenças, se complementavam na construção de uma espécie de “politeísmo cívico”, onde cada uma representava também algum momento decisivo da história do Brasil (Gonçalves, 2000). Assim sendo, como também apontou Douglas Marcelino, em trabalho recente sobre os funerais presidenciais (Marcelino, 2011), o panteão republicano foi constituído segundo novos marcos conectados à simbologia da nação, celebrada a partir de uma “constelação de notáveis” (Enders, 2000).

A elevação de Pedro II ao panteão republicano deu-se segundo tal padrão. Uma operação memorial que já foi, em parte, apontada pela literatura. Como vimos, o trabalho de Gonçalves, já faz algumas referências nesse sentido, ao ressaltar que o traslado dos restos mortais imperiais ocorreu em meio a “um processo de reabilitação de Pedro II como herói nacional” (Gonçalves, 2000), compreendido dentro das práticas, idéias e valores dos rituais fúnebres- cívicos da Primeira República, não fornecendo, conteúdo, maiores detalhes sobre como exatamente tal integração se processou. Nesse viés, o trabalho que mais se detém sobre o evento é o artigo de Lúcia Guimarães. Ao ressaltar as estratégias levadas a cabo pela Primeira República para a glorificação de Pedro II como um “grande homem”, a historiadora ressalta a separação entre a figura de Pedro II e o regime que representava, ganhando vulto “o honesto e patriótico servidor do Brasil”, construção da qual a República se apoderou e cristalizou na memória nacional (Guimarães, 2008: 82). Lilia Schwarcz, em sua biografia sobre o imperador, também apontaria nesse sentido, ao colocar que a figura do imperador foi “descontextualizada” (Schwarcz, 1999: 512) do regime que dirigiu, e assim,

reconduzida ao ‘ecclético’ panteão nacional, onde ocuparia lugar significativo, junto a José Bonifácio, por exemplo, quando das comemorações do centenário da independência em 1922.

Nesse sentido, cabe também ressaltar que parte da “reabilitação” da figura do último imperador estava intimamente ligada às comemorações de 1922, e assim, às avaliações do regime republicano feitas pela intelectualidade na década de 20. Seria este o sentido seguido por outros trabalhos, como o artigo de Eduardo Silva (1986), sobre os debates na Câmara dos Deputados acerca das homenagens, a serem prestadas ao último imperador, nas comemorações de seu centenário natalício em 1925, ou na análise de Tereza Malatian (1992), que tomou como referência diversas obras publicadas na década de vinte, como a organizada por Vicente Licínio Cardoso, intitulada *A margem da História da República*, e que apresentava pontos decisivos nesse debate, que valorizou o Império como período áureo, em contraponto à República decadente, e que seria amplamente identificado pela historiografia como exemplo de análises críticas ao presente republicano⁹. Assim, segundo Malatian, em oposição à “anarquia republicana”, Pedro II era resgatado do incômodo adjetivo de “César caricato”, e idealizado como “rei sábio e justiceiro”, que soube exercer com firmeza o poder moderador (Malatian, 1992: 173). Ponto também abordado por trabalhos mais recentes, como o do historiador Noe Sandes (2000), onde a imagem do imperador carregada desse sentido de crítica ao presente, e que sua excessiva exposição na década de 20, acentuou inclusive o desejo de reafirmação da simbologia republicana, numa clara disputa memorial. Um ponto importante, e que pretendemos também explorar nesse artigo.

Mas, as articulações e estratégias, para incluir Pedro II na seleta galeria dos grandes homens da República, são mais complexas do que as delineadas pela literatura. Uma pista nesse sentido aparece no trabalho de Lucia Guimarães, quando esta ressalta o caráter simbólico do traslado de 1921, “capaz de transformar o último rito de passagem numa festa política” (Guimarães, 2009: 79). No caso, procuramos ampliar tal referência, abordando o traslado de 1921 como a complementação ao ritual fúnebre realizado em 1891¹⁰, e como o ato oficial, através do qual o imperador é enterrado “em definitivo” como um “grande homem”¹¹.

Para dar conta da complexidade do evento e da densidade do período, trabalhamos aqui com os inúmeros atores implicados diretamente no traslado. Se, a princípio, temos o IHGB como seu grande organizador, percebemos a mobilização de outras instituições, empenhadas em também prestar as devidas homenagens ao imperador. Além disso, ponto crucial, acompanharemos a atuação do governo para que se efetuasse o traslado, analisada através da documentação diplomática trocada entre Rio de Janeiro e Lisboa. Ainda para 1921, temos um fator importante a ser considerado: a vinda, junto com os despojos, do Conde d'Eu, marido da princesa Isabel, e seu filho mais velho, o príncipe Pedro. Especialmente sobre o velho Conde, são impressionantes as releituras realizadas pela imprensa, que constrói uma nova versão de sua figura, ressignificando, positivamente, um personagem que, na virada do século XIX para o XX, foi extremamente atacado e visto como danoso.

As fontes utilizadas para analisar tais eventos possuem certas especificidades que devem ser ressaltadas. Trabalhamos basicamente com a imprensa e as publicações do IHGB, sendo que boa parte do material coletado e publicado pelo instituto é composto de transcrições presentes nas edições de grandes jornais cariocas, de forma que, procuramos realizar uma análise comparativa, destacando o que foi deixado de fora da seleção feita pelo instituto.

A grande quantidade de material publicado na imprensa carioca, neste momento comemorativo, aponta desde já, para sua importante atuação na tessitura desse presente em conexão com os acontecimentos passados, onde o discurso jornalístico torna-se um documento precioso para perceber como a sociedade procurou articular passado, presente e futuro (Siqueira, 1995).

Enfim, a década de 20 é um momento crucial de posicionamento da República em relação a esse passado, todavia, essa não seria a única questão a ser debatida, pois afinal, deparava-se o Brasil e sua intelectualidade com um caldeirão de questões a fervilhar, cuja pergunta essencial, que poderia resumir todas elas, seria: *que país é esse?* Pensar o passado monárquico e D. Pedro II nesse momento, que “aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro” (Ferreira, 2003: 389), foi, no mínimo, desafiador para essa sociedade. Especialmente o ano de 1922, conjugou a entrada em cena de importantes atores

políticos, como os tenentes¹², e a materialização da renovação cultural e artística, através da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo¹³. Tais eventos constituem alguns exemplos das grandes modificações pelas quais passava a sociedade brasileira, com um crescimento populacional acelerado e em pleno processo de modernização, visível principalmente nas cidades¹⁴, onde é perceptível a emergência de novos grupos sociais como as camadas médias e a classe trabalhadora¹⁵. Contudo, a volta dos despojos faz-se ainda num momento “pré-crise”, em janeiro de 1921, onde a República, forte e consolidada acolhia finalmente, em solo pátrio, o último imperador brasileiro.

Desde meados de 1920, a realeza ocuparia constantemente as páginas da imprensa carioca. Da revogação do banimento da família imperial, em setembro de 1920, passando pela visita da realeza belga, onde Alberto I e a rainha Elizabeth tiveram lugar privilegiado e constante nas primeiras páginas dos jornais¹⁶, podemos dizer que a realeza esteve ‘em alta’, ou, como bem apontou Noé Sandes, que a “revalorização da experiência monárquica se transforma em notícia” (Sandes, 2000: 200). A vinda dos despojos em 1921 seria um ‘prato cheio’ nesse sentido, inclusive porque, junto com os ataúdes, vinham o Conde d’Eu e o príncipe Pedro, membros família imperial brasileira. Os passeios dos visitantes reais seriam acompanhados de perto pela imprensa, com referências inclusive às visitas que realizaram por outras cidades brasileiras¹⁷.

Assim, em julho de 1920, o *Jornal do Brasil* já noticiava os preparativos para a recepção dos despojos imperiais, que não esperaram a aprovação do decreto em prol da revogação do banimento para terem início, assinalando a intenção do IHGB de dirigir convite a algumas instituições, e assentar o programa da recepção¹⁸. A articulação em torno do IHGB e a opção por restringir a organização do programa às associações mais antigas, ou seja, às que existiam antes de 1889¹⁹, são interpretadas por Lucia Guimarães como uma forma de evitar que o funeral se confundisse com uma “questão de estado”, valorizando “um dos traços mais fortes da imagem de D. Pedro II, o de protetor das ciências e das artes” (Guimarães, 2009: 77). Contudo, mais do que isso, remete às relações entre os principais atores sociais envolvidos na organização das cerimônias: o governo republicano e o IHGB.

Primeiramente, para compreender a atuação do IHGB em 1921, cabe ressaltar que a casa havia passado por mudanças recentes em sua estrutura, implementadas por seu presidente, Affonso Celso, com o auxílio de seu secretário, Max Fleiuss²⁰. Tal reforma procurou renovar os objetivos do instituto, que, se antes tinham uma característica arquivística muito forte, passam a incentivar a produção de conhecimento e a inserção no meio acadêmico²¹. Uma mudança que teve reflexos na produção histórica e memorial da nação, pois, tomou como referência novas questões, fazendo com que a instituição aprofundasse uma orientação vinda da gestão de Rio Branco, lançando-se a um empreendimento desafiador que compreendia “retomar o passado colonial, considerar as ‘glórias’ do passado imperial, sem desmerecer o presente republicano”. (Gomes, 2009: 30-31).

E o governo republicano, qual seria sua atuação? Como já apontamos na introdução deste artigo, a morte de homens públicos durante a Primeira República contou com um ritual próprio, não economizando na pompa e teatralização²². Todavia, o retorno de Pedro II exigia certas precauções, para evitar polêmicas, adotando o governo federal “um distanciamento estrategicamente calculado”, como bem observou Lucia Guimarães (2007: 78). Assim, a comissão executiva formada para cuidar dos preparativos da recepção, era extremamente heterogênea, composta pelo almirante José Carlos de Carvalho, pelo prefeito da cidade, Carlos Sampaio; pelo representante do cardeal Arcoverde, monsenhor Pio dos Santos, pelo subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, Rodrigo Otavio, e pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico, Afonso Celso. A primeira programação para a recepção foi publicada logo após a revogação do banimento, e sua elaboração coube ao almirante²³. Seriam formadas ainda mais duas comissões gerais, uma formada exclusivamente por senhoras e presidida pela baronesa de Loreto, e outra, por senhores, cujo presidente era o conselheiro José da Silva Costa²⁴.

Organizada as comissões, duas questões se apresentavam: a primeira envolvia o lugar onde iriam repousar os despojos dos ex-imperadores; a segunda, como seria a participação do governo no evento, e, principalmente, se seriam conferidas honras de chefe de Estado a Pedro II.

Antes de entramos nos debates que cercaram tais questões, cabe observar o que dizia o próprio decreto que revogava o banimento:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução legislativa:
Art.1. Ficam revogados os artigos 1 e 2 do decreto n. 78A, de 21 de dezembro de 1889
Art. 2. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévio assentimento da família do ex-imperador d. Pedro II e do Governo de Portugal, trasladar para o Brasil os despojos mortais do mesmo e os da sua esposa d. Tereza Christina, fazendo-os recolher em mausoléu condigno e para tal fim especialmente construído.
Art. 3. Fica o governo autorizado a abrir para tal necessários créditos
Art. 4. Revogam-se as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1920, 99 da Independência e 32 da República – Epiácio Pessoa. ²⁵

Observa-se que o decreto não aponta nem como seriam recebidos, nem onde seriam alocados os restos mortais; estabelecendo apenas que ficava a cargo do governo tal tarefa. O debate sobre onde alocar os despojos teve início em maio de 1920, logo após a mensagem de Epiácio Pessoa ao Congresso Nacional, em que o presidente reclamava o traslado. O jornal *Correio da Manhã* publicou então uma entrevista com a princesa Isabel, onde ela expressava seu desejo de que os restos mortais fossem depositados em Petrópolis, mais especificamente, em sua Catedral, cujas obras haviam sido reiniciadas²⁶. Sobre o desejo da princesa, o jornal exprime sua opinião: “A sugestão da princesa Isabel é felicíssima e encerra um sentimento de piedoso culto histórico pelos lugares que D. Pedro II amou”. E em nenhum outro lugar do Brasil, completa, os despojos estariam melhor alocados “para o culto da história e da edificação do futuro”.²⁷

Outro local que aparece como opção é a Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro. A idéia, proposta pela própria Irmandade da Glória, em 1916, foi publicada no jornal *A Noite* de agosto de 1920. Resumia-se a oferecer uma área no terreno da igreja para a construção de um panteão, o qual seria adquirido via subscrição popular organizada por uma comissão de amigos da família imperial, designada pela princesa. O panteão abrigaria, não apenas os despojos dos soberanos, mas também os de toda a família imperial²⁸.

O artigo do periódico aponta para uma questão interessante: a da construção de um panteão para alocar os restos mortais não apenas do imperador, mas de toda sua família. A idéia de um panteão para o imperador não era nova. Coelho Lisboa, em seu projeto em prol do traslado, de 1906, já o havia pedido, todavia, em moldes bem diferentes, pois seria um panteão também para os “homens ilustres do Brasil”²⁹. Não era o caso da proposta da Irmandade de Glória, que sugere de certa forma, um panteão aos moldes daquele onde repousava os ataúdes dos ex-imperadores, em Lisboa, ou seja, católico e monárquico³⁰. Todavia, tal proposta não seria nem cogitada, até porque, o próprio decreto revogando o banimento já assentava o recolhimento dos despojos em um mausoléu construído com esse objetivo, procurando evitar talvez, qualquer debate em torno da construção de um panteão.

A escolha da catedral da cidade serrana de Petrópolis para repouso final do imperador e imperatriz aparecia na imprensa carioca como a mais acertada. O *Jornal do Brasil* publica inclusive um telegrama da princesa Izabel a Affonso Celso, em resposta a consulta que lhe fora feita pela comissão encarregada da construção da Catedral de Petrópolis, confirmando a opinião geral acerca do lugar onde repousariam os restos mortais de seus pais:

Agradecendo-lhe e à comissão o telegrama e também o voto da Municipalidade de Petrópolis, declaro ser meu desejo que os restos mortais de meus queridos pais repousem na Catedral daquela cidade. Para a construção de jazigo esperem carta da Baronesa de São Joaquim. Izabel³¹.

O telegrama da princesa já apontava inclusive alguns dos financiadores do monumento, como a Baronesa de São Joaquim, que patrocinaria os custos dos jazigos de mármore, onde seriam alocados os ataúdes. Diante da tal declaração, não havia mais razão para dúvidas sobre o local. A escolha de Petrópolis e de sua Catedral demonstrava que Pedro II tinha já um lugar reservado na memória coletiva, reunindo a cidade referentes materiais e simbólicos suficientes para ser imediatamente identificada como ligada estreitamente aos ex-imperadores³². Mas, com a catedral inconclusa, a comissão executiva resolveu que os restos mortais ficariam provisoriamente na capela de Nossa Senhora dos Passos, na Catedral do Rio de Janeiro³³.

Decidido esse ponto, restava a questão mais complicada: qual seria a participação do governo federal na cerimônia de recepção? Como foi colocado, o

decreto que revogava o banimento, apenas autorizava o poder executivo a trasladar os despojos, não fornecendo detalhes sobre como seria realizada a recepção no Brasil, nem se seriam concedidas honras de chefe de Estado a Pedro II.

Se o decreto nada diz, percebe-se, todavia, através da documentação diplomática, que o governo federal se empenhou rapidamente na tarefa de trazer os despojos. Segundo documento recebido pela embaixada brasileira em Lisboa, em 21 de outubro de 1920, pouco mais de um mês após a revogação do banimento, o governo brasileiro já havia entrado em contato com o português para que se efetuasse o traslado, e aprovava as homenagens que seriam prestadas ao imperador em Portugal³⁴. Para tanto, foi organizada uma comissão com objetivo de promover as exéquias, composta de portugueses e brasileiros: Candido Soto Maior (presidente); Antonio Maria da Costa, Antonio Vieira Pinto, Antonio da Costa Correia Leite, Aventino da Costa Correia e José Antonio Juca Santos, sendo os três últimos membros da colônia brasileira em Lisboa³⁵.

As negociações para vinda dos despojos transcorreram sem problemas, chamando atenção, no entanto, a pressa do governo brasileiro. Ela transparece claramente nos telegramas entre a missão diplomática em Lisboa e o Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. A questão principal era aproveitar a passagem do couraçado *S. Paulo* por Lisboa, que ocorreria entre dezembro de 1920 e janeiro de 1921, assim, era essencial que estivesse tudo pronto para que o traslado se efetuasse sem atrasos³⁶.

Outro telegrama demonstra que o governo federal estava também à frente das negociações com a família imperial, para a concessão da autorização para o traslado, bem como já tinha arranjado para que, junto com os ataúdes, viessem representantes e amigos da família, que no caso seriam o Conde d'Eu, seu filho mais velho, príncipe D. Pedro e o Barão de Muritiba³⁷.

Entretanto, o ponto mais interessante da organização do traslado foi, sem dúvida, o caso da bandeira e da coroa. Num dos telegramas enviados ao MRE, era requisitada autorização, pela própria embaixada brasileira, para que os ataúdes viessem adornados com a “bandeira antiga”, ou seja, a bandeira imperial³⁸. A resposta foi imediata: “Não é possível usar agora de qualquer modo a antiga bandeira brasileira em navio de guerra nacional ou em ato oficiais no Brasil pois seria contrário constituição e leis vigentes.”³⁹

Outro pedido é enviado ao Itamaraty, porém em nome da comissão de exéquias organizada em Portugal, para que fosse mantida a decoração dos ataúdes, como estava no Panteão dos Bragança, adornados com a bandeira e coroa imperial, e também requisitava autorização para que os marinheiros do couraçado brasileiro participassem do traslado⁴⁰. A demanda, semelhante ao primeiro pedido, foi novamente negada. Compreende-se a negativa do governo brasileiro, afinal, coroa e bandeira são símbolos da monarquia, e Pedro II voltava como “grande homem” construído pela República, implicando obviamente, limites claros para o uso de tais símbolos. Nesse sentido, a participação, por exemplo, dos marinheiros do *S. Paulo*, para que prestassem honras na cerimônia de traslado, é prontamente atendida⁴¹, demonstrando que o governo estava atento à organização que era dada às cerimônias em Lisboa. Fato também perceptível para as cerimônias a serem organizadas na capital federal.

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, o presidente do IHGB reclamava que, se governo português planejava dar caráter oficial ao traslado, o brasileiro não poderia “ficar aquém” das homenagens lusas⁴². Assim, a demora governamental nessa decisão afetava a organização da recepção, pois paralisava o trabalho das comissões, que nada podiam resolver. Se o governo decidisse conferir caráter oficial à recepção, à comissão restaria apenas auxiliá-lo da melhor forma possível⁴³. É interessante observar que, no mesmo dia em que Affonso Celso publica o citado artigo, a *Gazeta de Notícias* apresenta uma matéria sobre a organização das cerimônias, onde afirma que, após reunião com a comissão executiva, o presidente Epitácio Pessoa havia decidido, de posse “de todos os documentos e projetos referentes às solenidades que se pretende levar a efeito”, que: “da parte do governo os ex-soberanos terão, na volta à pátria, a maior prova de acatamento”, sendo decretada honras de chefe de Estado para o ato do desembarque e transladação das urnas fúnebres⁴⁴.

Porém, o programa do cerimonial, confirmando a participação oficial do governo na recepção e concedendo ao imperador honras de chefe de Estado em seu funeral, só seria publicado em 4 de janeiro de 1921⁴⁵. As honras de chefe de Estado aplicadas ao ritual do funeral referiam-se à atuação das Forças do Exército e da Armada, e à participação de representantes do governo na cerimônia. A atuação das Forças Armadas reservava-se principalmente à formação de alas, desde o cais da Praça Mauá

até a entrada principal da Catedral, sendo estendidas pela Avenida Rio Branco e Rua da Assembléia, a fim de prestar as continências militares ⁴⁶.

Enfim, o governo estava no controle das cerimônias, procurando manter uma participação discreta, porém ativa. Por isso, a atitude de confirmar sua participação, mas atrasar a publicação da programação oficial. Outro exemplo de tal atitude foi a nomeação de Mary Pessoa, esposa do presidente Epitácio, como presidente de honra da comissão de senhoras, capitaneada pela baronesa de Loreto ⁴⁷.

Rapidamente, a cerimônia ganha um aspecto grandioso. A publicação, de final de dezembro a início de janeiro, de longas listagens com os nomes de várias adesões às comissões de senhoras e cavalheiros, constituídas com este fim, indica que, ao menos em princípio, todos poderiam participar da organização da recepção ⁴⁸. Além dos trabalhos das comissões e da expectativa da chegada, completava o cenário a inauguração da *Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil*, no Club dos Diários. As notícias sobre essa exposição não fornecem detalhes sobre quem a organizou, mas segundo *A Noite*, parte de suas peças vinham da coleção do IHGB. A exposição foi visitada por Epitácio Pessoa, sendo por ele inaugurada em janeiro de 1921 ⁴⁹.

A recepção dos despojos provocou também reações por todo o Brasil. Em São Paulo, a Liga Nacionalista Paulista ⁵⁰ formou uma comissão, encarregada de depositar nos ataúdes, uma coroa de bronze, “em nome do povo paulista” ⁵¹. Também de São Paulo partiria uma Comissão de Senhoras Paulistas ⁵², com objetivo de entregar uma mensagem a princesa Isabel ⁵³. Na cidade de Santos, pequenas homenagens foram planejadas, sendo aprovada a aquisição de um retrato do imperador, para que fosse alocado junto aos “retratos de José Bonifácio, patriarca da Independência, e todos os chefes da nação no regime republicano” na sala de sessões da Câmara Municipal da cidade ⁵⁴. Um pequeno gesto, mas extremamente simbólico, pois representativo do local que a partir de então ocuparia o imperador, no panteão nacional.

Na capital federal, cabe destacar as homenagens programadas pela Liga de Defesa Nacional ⁵⁵, que convidou Ruy Barbosa para representá-la na recepção ⁵⁶. O senador baiano agradeceu o convite em longo discurso, onde definiu a revogação do

banimento como um ato de “reparação” para com o imperador e sua família, e o traslado, como um ato de “reintegração”, pois, significava a “consagração da integridade constitucional do regime para todos os brasileiros”. Isto porque, nas palavras de Ruy, Pedro II era o símbolo da moralidade, do governo honesto:

(...) Politicamente, errou muito, mas social e nacionalmente, foi um alto padrão de moralidade, (...) exercendo com a vigilância da sua luz, quer sobre o Governo, quer sobre a administração, quer sobre o estado geral dos costumes, uma ação incalculavelmente saneadora⁵⁷.

Os altos elogios de Ruy Barbosa à administração do imperador, com o cuidado de destacar seus “erros” políticos, e a ênfase no significado do traslado como um momento de reintegração nacional, encontrariam ecos na imprensa, onde seriam exaustivamente repetidos. Nesse sentido, as edições do dia 8 de dezembro, dia previsto para a chegada do couraçado *S. Paulo* foram caprichosamente adornadas com desenhos dos símbolos imperiais e republicanos, e de fotos da família imperial.

O *Jornal do Brasil* publica em sua primeira página belíssimo desenho, onde a República aparece rodeada por fotos de Pedro II, da imperatriz, pelo símbolo do Império, e por uma última foto dos ataúdes dos imperadores no Panteão dos Bragança em Lisboa, decorados como lá estavam, com coroa e bandeira imperial. A ilustração, onde a República aparecia “cercada” de símbolos da monarquia por todos os lados, tinha a seguinte legenda: “A República, inabalável na sua fé, na posse de si mesma, acolhe os despojos dos dois exilados, que velaram pelos destinos da Pátria, quase meio século”⁵⁸. Fica evidente a mensagem de conciliação entre passado e presente, sob os auspícios da República, pretendida pelo jornal. Chamando atenção, todavia, a publicação da foto com os ataúdes decorados com os símbolos da Monarquia, tão enfaticamente negados pelo governo. Afinal, como colocou o jornal *O Paiz*, a República, ao revogar o banimento, trazia “sob o seu pavilhão e com toda a solenidade das suas homenagens” os despojos do imperador, cuja figura histórica, continuava o jornal, “ela jamais procurou diminuir no conceito público”⁵⁹. Assim, com a revogação do banimento e o traslado, acabava-se de vez com esta “amarga recordação”, consolidando-se o “sentimento” de que “a República sabe cada vez mais ser digna do Brasil, prestando culto de piedoso respeito ao representante máximo da dinastia que ela

demoliu por amor ao Brasil e que, por esse mesmo amor ao Brasil, ela reconduz agora sob o palio da sua bandeira, as aras da Pátria”. Tratava-se enfim, nas palavras do jornal de um dia de “comunhão cívica”, onde a República “dignificando a memória do venerado imperador, dignifica-se ela própria”⁶⁰. Por fim, a narrativa do jornal encerra-se proclamando definitivamente a entrada do último imperador no Panteão:

O Brasil republicano guardará com orgulho as relíquias veneradas dos últimos imperantes e receberá com fraternal carinho os brasileiros afastados do seu solo pelo ato de banimento. Uns vem para o Panteão da nossa história como marcos da nossa evolução política e exemplos de excelsas virtudes, outros para conosco correrem a fortuna, boa ou má, do nosso futuro, integrados na comunhão da honra e do patriotismo nacionais⁶¹.

Percebe-se no extrato do jornal, exemplo típico da construção memorial efetuada pela Primeira República, e identificada por João Gonçalves em seu artigo, o imperador e sua consorte, eram identificados *como marcos da nossa evolução política e exemplos de excelsas virtudes*, e integrados ao panteão, sendo acolhidos também, para comungar *da honra e do patriotismo nacionais*, o Conde e seu filho.

Enfim, na manhã do dia 8 de janeiro de 1921, o couraçado *S. Paulo* adentrava a Baía de Guanabara, trazendo em seus compartimentos preciosa carga: os despojos mortais de Pedro II e Thereza Cristina. O navio brasileiro foi recebido à entrada da Baía de Guanabara com uma salva de tiros feita pelas fortalezas de Santa Cruz e São João, ao mesmo tempo em que era içada no Pão de Açúcar, uma enorme bandeira nacional, republicana, é claro⁶².

A bordo do *S. Paulo*, acompanhavam os ataúdes, o Conde D’Eu, o príncipe D. Pedro Augusto e Manuel Viera Tosta Filho (Barão de Muritiba), que foram recebidos pelo prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio, pelo presidente do IHGB, Affonso Celso, e outros importantes membros do instituto, como Ramiz Galvão, Max Fleiuss e Jonathas Serrano. Já na Praça Mauá, o Conde e o Príncipe seriam apresentados a esposa e filha do presidente da República, Mary e Laurita Pessoa, pelo presidente IHGB, Affonso Celso⁶³. Considerando que o presidente Epitácio Pessoa não compareceu a cerimônia - enviando como seus representantes oficiais o secretário da Presidência da

República, Agenor Roure, e o chefe da Casa Militar, coronel Hastimphilo de Moura - a presença de seus familiares marcava novamente a participação singular do governo na recepção, atuando o IHGB como grande intermediário entre os representantes da República e da Monarquia. A presença de Mary Pessoa e a atitude da primeira dama de convidar o conde e o príncipe para acompanhá-la no automóvel presidencial, no momento em que se compôs o féretro, e que não estava previsto no programa oficial, é emblemático. Associado à ausência de Epitácio, às honras de chefe de estado (mas sem bandeira ou coroa imperial) demonstravam a construção calculada e comedida de um evento que celebrava o imperador cidadão, que amava o Brasil, agora uma nação republicana. O gesto da República (assim como o da primeira-dama) de estender a mão a esse passado, extraindo a “mais valia do morto”, consagrava o presente como o grande unificador da nacionalidade.

Retornando para a descrição do desembarque dos ataúdes, este teve que ser retardado devido à forte chuva que caiu sobre a cidade, somente quando esta cedeu, o caixão do imperador tocou o solo brasileiro, sendo seguido pelo da imperatriz. Momento solene, marcado por salvas de tiros partidas do couraçado *S. Paulo*, execução do Hino Nacional e mais salvas de tiros efetuados pelo Batalhão Naval. Em seguida, salvaram a um só tempo todas as unidades da Armada, fundeadas na Guanabara e todas as fortalezas da baía, marcando o grande júbilo do momento.

Formou-se então o préstito, tendo à frente a escolta da Polícia Militar e outra do Exército. A carreta com ataúde de Pedro II era conduzida por representantes das irmandades de S. Elesbão, Santa Efigênia, do Rosário e de S. Benedito, enquanto a da imperatriz era conduzida por senhoras representantes de várias instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico, a Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, e a Sociedade Católica. A seguir, vinha o automóvel das senhoras Mary Pessoa e Laurita Pessoa, acompanhadas do conde d’Eu e do príncipe Pedro Augusto⁶⁴.

À medida que o cortejo passava pela Avenida Rio Branco, as forças apresentavam armas ao som do hino nacional. Na decoração, tanto da Avenida, quanto das ruas adjacentes, tremulavam nas fachadas dos estabelecimentos públicos, casas comerciais e residências particulares, bandeiras negras, e as bandeiras nacionais e estrangeiras foram hasteadas a meio pau. Na decoração da Catedral, destino último do

cortejo, faixas de veludo preto com lágrimas de prata, lustres envoltos em crepe preto, e altar e laterais cobertos com mantos negros davam o tom maior ao ritual fúnebre.

Na chegada à Catedral, o Conde d'Eu e o príncipe entraram acompanhados de Mary e Laurita Pessoa, iniciou-se a cerimônia religiosa, oficiada pelo monsenhor Ferreira Alves. Terminado o ofício, Mary Pessoa e os dois príncipes aproximaram-se dos ataúdes, depositados no centro da igreja; após esse momento dirigiram-se para a sacristia, onde receberam a imprensa. Ao final da cerimônia, a igreja foi franqueada ao público para visita aos esquifes⁶⁵.

Aliadas ao gesto de Mary Pessoa para com o Conde, as considerações da imprensa sobre o evento reforçariam a recepção de 1921 como o grande momento de “congraçamento” nacional, representando pela união da Monarquia e da República, onde segundo o *Jornal do Commercio*, o povo brasileiro demonstrou sua veneração por suas tradições, e “rendeu culto patriótico ao passado”. Assim, as palmas vibrantes, quando da passagem do conde e do príncipe no cortejo, dirigiam-se aos representantes daquela fase histórica, “estágio essencial na evolução da vida política independente”:

A massa popular que se premia em todo o percurso do cortejo fúnebre não foi prestar voto de fidelidade, nem fazer, pelas ruas, manifestações de fé monárquica. Foi render uma homenagem de alta significação patriótica ao monarca magnânimo e sábio, à imperatriz caridosa e pia, últimos símbolos da era imperial e da dinastia, à qual devemos a obra ingente da nossa independência política⁶⁶.

Significava enfim, que não havia mais “questões de regime político a discutir”, que a República estava consolidada, cuja “prova mais eloqüente” foi a cerimônia do traslado. Homenagens essas que contaram com a participação de “representantes de todas as nossas classes sociais, sem distinção de credos políticos e religiosos”⁶⁷. Evocando-se assim um momento singular do passado da nação, que não poderia ser esquecido:

A nação não podia esquecer a sua história; e renegar a Monarquia, por um critério estreito de partidarismo, equivalia a pretender suprimir o nosso passado, na fase principal da nossa formação política e consolidação da nacionalidade, constituída em Estado independente⁶⁸.

Desse passado emergem as figuras de Pedro I, proclamador da independência, “de gênio irrequieto e audaz”, e de Pedro II, “espírito ponderado e disciplinador” como aquele que consolidou as “instituições do Estado e fortaleceu o espírito de unidade nacional”. Tal história e tradição não poderiam ser negadas pela República, pois, foi o “liberalismo sábio do monarca ilustre”, que possibilitou o desenvolvimento do “espírito republicano” preparando o advento do novo regime⁶⁹.

No culto à história e ao passado percebe-se, nas descrições, a preocupação em fundir em uma só, a tradição imperial e a republicana, caracterizando-as essencialmente como liberais, e construindo uma continuidade entre o passado do Segundo Reinado e o presente de 1921. Esforço também perceptível nas páginas do *Correio da Manhã* que assinala o significado do momento, não apenas como pagamento de uma “dívida”, que os republicanos tinham para com o imperador, mas como um “ato de liberalismo”, que retribuía “muitos outros, de que decorreu a formação pacífica do atual sistema político”. E assim, a realização ‘pacífica’ da mudança dos regimes devia-se ao legado do imperador que “tendo aberto as portas à campanha dos inimigos do trono, se dispôs tacitamente a aceitar o veredito do país”⁷⁰. A data do retorno dos despojos ficaria gravada como “uma das grandes datas da Pátria”, bem como representava um “selo que fechou a realização de uma aspiração continuada”, originada no momento em que o navio *Paraguai* levou para o exílio os imperadores. Enfático, declarava o jornal: o “dia 8 de Janeiro, de ora por diante, será um dia de festa nacional”⁷¹.

Já na perspectiva da *Gazeta de Notícias*, a solenidade do dia anterior também teria constituído uma espécie de ‘encerramento’, mas, dos primeiros anos republicados, recordados “com horror”, devido à anarquia predominante⁷². E o sucesso do evento devia-se ao público que, nas palavras da *Gazeta*, era o grande ator, o responsável pelo brilho da solenidade, ou o “povo”, “anônimo”, “desinteressado e justiceiro”, com uma participação praticamente “apolítica”:

Quem ontem assistiu à trasladação dos restos mortais de d. Pedro II, da praça Mauá para a Catedral, e viu a massa formidável de povo que compareceu, comovida para participar da piedosa cerimônia pode ter a certeza de que toda aquela gente, sem nenhuma convicção monárquica, apenas estava, sem bem dar conta disso, manifestando confusamente o seu ideal de governo que se inspirem unicamente no bem público, com patriotismo e com bondade, com tolerância e com zelo infatigável, exercitando as qualidades que dom Pedro II

como chefe de Estado, possuía em alto grau reunidas e que o tornaram um tipo de homem por isso digno de gratidão e de respeito⁷³.

Compreende-se porque o jornal havia definido anteriormente o “povo” que assistiu aos funerais como “desinteressado” ou “apolítico”, caracterizando sua participação, assim com o fez o *Jornal do Commercio*, como totalmente desvinculada às crenças monárquicas, pois a comunhão dava-se em torno dos valores atribuídos ao imperador, seu cuidado com o bem público, seu patriotismo, sua tolerância, e ponto. Não havia glorificação ao regime monárquico, ou pelo menos, as descrições e narrativas da imprensa procuram prontamente enfatizar tal aspecto, que muito bem concorria para o sucesso do evento.

Aliado ao público “apolítico”, empenhando em glorificar o “grande homem” e não o imperador, acrescentava-se à narrativa do evento, o cenário especular da capital federal, com sua glamorosa Avenida Rio Branco, construída pela República, e percorrida pelo cortejo, até a altura da rua da Assembléia, onde entrou para então chegar na catedral, situada na rua Primeiro de Março. Fato perceptível na narrativa do jornal *O Imparcial*:

A passagem dos féretros pela Avenida teve o mérito de uma canonização patriótica. Descoberta, a multidão assistiu, enxugando os olhos, o desfilar dos dois esquifes; e como os dois grandes mortos que eles continham não podiam ver as suas lágrimas, prorrompeu numa saudação contínua, intensa, prolongada, aos herdeiros da sua glória ou do seu sangue, saudando na austeridade do neto e nos alvos cabelos do genro a doce memória do imperador!⁷⁴

Ajuda na composição da cena de conagração e união, a comparação do momento do desembarque dos ataúdes, com a cena do calvário de Cristo, para o qual contribuiu a natureza, derramando um dilúvio sobre a cidade:

O espetáculo de ontem foi de uma grandeza tamanha, que o próprio céu quis, naquela hora, tomar parte. Anunciados pelos clarins as primeiras ordens para desembarque dos esquifes, as nuvens, que se aglomeravam nas alturas, estalaram também. E o que se viu, então, foi simplesmente épico: (...) Cortado de raios, o céu ribombava, soturno e profundo, como se quisesse partir-se de lado a lado. E não houve quem, não recordasse, nessa hora, a

cena do Calvário, no momento em que o céu estalou, (...) triste e sombrio, anunciando aos homens arrependidos, o derradeiro instante de um deus...⁷⁵

Enfim, junto às descrições do respeitoso silêncio, cortado apenas pelos toques de sentido, das senhoras que acenavam seus lenços, dos homens que descobriam-se respeitosamente, da multidão que enxugava os olhos cheios de lágrimas⁷⁶, celebrava-se, através do traslado, a *reintegração* entre passado e presente. Enfim, às vésperas da crise política e militar que abalaria suas estruturas, a República celebrava, na pessoa do imperador, valores básicos associados à sua própria origem, como o liberalismo e a justiça, e se reafirmava como destino último da sociedade.

Todavia, não há apenas consenso no traslado de 1921, o evento é perpassado por tensões. Poucos dias depois, a *Gazeta de Notícias* criticava a participação do governo nas cerimônias, que de tão diminuta, havia gerado certa desordem no momento do desembarque dos ataúdes. Do desleixo do governo para com a recepção dos despojos, teria servido o presidente do IHGB, Affonso Celso, que não perdeu a oportunidade de “dar às solenidades da recepção um caráter de manifestação monárquica, que elas jamais poderiam ter”. Também foi alvo da crítica do jornal, o secretário do instituto, Max Fleuiss, “que dava ordens e fazia conta de que era pessoa de grande vulto, de mestre de cerimônias”, por fim, o presidente Epitácio Pessoa “não soube cumprir o seu dever até o fim, como lhe cumpria e como era para se desejar”⁷⁷.

Outro exemplo seria a publicação, em algumas folhas da capital, de um manifesto assinado por alguns republicanos históricos, como Lopes Trovão e o marechal Mena Barreto, que protestavam contra a cerimônia organizada, por haver esta “degenerado em uma imprudente agressão à memória dos fundadores da República e em extravagante e paradoxal apologia a monarquia”. Em defesa da “mocidade estudiosa e altiva” de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, recordavam o imperador “Cesar caricato”, “responsável por uma política de hipocrisia, corrupção e duplicidade pessoal”⁷⁸. Segundo o jornal *A Noite*, o manifesto foi distribuído pelas ruas da cidade, às vésperas da chegada do couraçado *S. Paulo*⁷⁹. O protesto desdobrou-se também em uma romaria aos cemitérios São Francisco Xavier e São João Batista, para visita aos túmulos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant⁸⁰.

Segundo Motta, o ato era numa indicação de disputa pelo controle da memória (Motta, 1992: 26), ou, poderíamos dizer, mais especificamente, pela hierarquia dos grandes homens no Panteão da República. Outro ponto interessante, para pensar que outros passados e outras memórias estavam em jogo naquele momento, são os passeios e visitas que o Conde d'Eu realiza na capital federal, bem como, a própria construção que é realizada acerca de tal personagem.

Considerando que, durante os anos em que viveu no Brasil, o Conde d'Eu não angariou muitas simpatias, sendo representado inúmeras vezes como o príncipe estrangeiro e antipático⁸¹, seu retorno em 1921, já com 78 anos, será marcado por uma construção oposta, bem mais amigável e positiva. Longe de ser representado como um estrangeiro, o Conde será recebido como uma pessoa que retornava ao lar, depois de um longo período ausente⁸².

Para pensar a construção dessas representações do Conde, tomamos como base um pequeno artigo de Alfred Schutz (1979) sobre essa experiência de retornar ao lar, seus significados e possíveis abordagens. No caso, na compreensão de Schutz, a partir do momento em que há o corte no tempo e espaço comuns, se inicia um processo de tipificação em relação àquele que está longe, e também deste com aqueles que ficaram para trás. Essas considerações de Schutz são relevantes para se pensar em que categoria o Conde será enquadrado quando retornar, que imagem tipificada será construída sobre o mesmo.

Antes de sua chegada na capital, o jornal *A Notícia* já publicava artigos sobre ele, ressaltando que não seria recebido, nem como príncipe, nem como senador do Império, mas sim como Marechal do Exército brasileiro, pois, a “(...) revolução de 15 de Novembro não supriu o marechalato nem o oficialato do Exército e s.a.r. o conde d'Eu, marechal do Exército Nacional, revogado o seu banimento, recupera, cremos nós, o seu posto nas fileiras do nosso glorioso Exército”⁸³. Assim, sua atuação na Guerra do Paraguai será o ponto a ser destacado durante o tempo em que viveu no Brasil, e será como oficial do Exército que ele será recebido. Como aponta o jornal, os serviços militares prestados pelo Conde não se dirigiram à Monarquia, mas à “honra, à

integridade, e às glórias militares da nossa e dele estremecida Pátria”⁸⁴, razão suficiente para o reconhecimento de sua contribuição para o país.

Mais interessantes ainda são as palavras do jornal *O Imparcial*, ao se referir ao Conde, quando de sua chegada, ainda no Brasil monárquico, para casar com a princesa Isabel, como aquele jovem, “que logo conosco se identificou e irmanou, compartilhando os riscos da guerra cruenta”⁸⁵. Momento em que nele se formou “uma alma brasileira”, que continuou viva, afirma o jornal, mesmo durante o exílio, enquanto ele acompanhava “com a maior solicitude, quanto dizia respeito à nossa terra, e por tudo que podia beneficiar o Brasil vivamente se interessava”⁸⁶. Assim como o *A Notícia*, *O Imparcial* reforça a validade de sua patente de marechal efetivo do Exército.

Após sua chegada, as construções nesse sentido continuam, sendo interessante ressaltar algumas referências específicas, como a do *Jornal do Commercio*, quando este coloca que as aclamações que se dirigiam ao Conde, não eram feitas ao representante do regime extinto, mas, ao “velho soldado do Exército brasileiro, que aceitou num momento difícil para a Pátria, a tarefa pesada e dura de liquidar a fase mais ingrata da campanha do Paraguai”. Quanto ao príncipe, diz-se que “a população da Capital saudou, após trinta anos de exílio, o descendente da dinastia ilustre, que tanto honrou e tanto amou o Brasil”⁸⁷.

O jornal *Gazeta de Notícias* publica também uma entrevista com os reais visitantes, ainda a bordo do *S. Paulo*, onde o Conde manifesta seus sentimentos e expectativas quanto ao retorno:

- Não sei como dizer a emoção que senti, quando me foi dado enfim, rever as terras do Brasil, avistando ao longe, no horizonte, a ilha de Fernando de Noronha! Se em minha casa, em França, noutra coisa se não falava se não no Brasil, durante trinta anos! Imagine como não hei de rever com emoção essa terra, a que estou tão profundamente ligado por tantos motivos!⁸⁸.

Já o príncipe manifestou suas impressões em relação à cidade do Rio de Janeiro, maravilhado com seu progresso:

Quando daqui parti, tudo era diferente: não havia as avenidas, de que tanto tenho ouvido falar e de cuja beleza tanto se orgulha o povo brasileiro. Esse soberbo cais nem sequer havia sido esboçado. Sinto-me bem ao pisar o solo pátrio e é com pronunciada comoção que observo essa manifestação de apreço do povo carioca aos seus ex-imperadores. Outra coisa não poderia esperar. Desde que cheguei a Lisboa, fui cercado de tantas distinções e de

tantos carinhos que, na verdade, me sinto confortado e orgulhoso por encontrar-me no meio dos meus concidadãos ⁸⁹

Um desses concidadãos seria sua ama de leite, Anna Grunewald. A velhinha de 72 anos teria vindo de Petrópolis especialmente para receber e cumprimentar o príncipe. O reencontro dos dois deu-se ainda no *S.Paulo*, levando a velha ama de leite às lágrimas. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o príncipe teria conversado longamente com a ama, “relembrando vários fatos ocorridos em sua mocidade” ⁹⁰.

Além da ama de leite, também comparecem a bordo do couraçado, veteranos da Guerra da Paraguai, que foram prontamente reconhecidos pelo Conde. Considerando que para subir à bordo do couraçado era necessário um cartão, que foi distribuído pelo IHGB⁹¹, percebe-se que a seleção dos presentes na recepção aos ilustres visitantes procurava privilegiar pessoas de seu foro íntimo, representada não apenas pela ama de leite do príncipe, mas também por seu tutor, Ramiz Galvão. Uma estratégia, sem dúvida, por parte da comissão organizadora dos festejos, para intensificar o caráter emocionante da cerimônia.

Aspecto perceptivo nas narrativas do encontro do Conde d’Eu com seus companheiros dos campos de batalha. Assim, *O Imparcial* remarca o fato, ao descrever o encontro do Conde com o marechal Argollo: “reconheceu-o imediatamente e, estendendo-lhe os braços, disse: ‘ – O meu ajudante de campo!’”. Ao ser apresentado a outro veterano da guerra, o sr. Jorge Maria, o Conde teria respondido imediatamente: “Ah! Jorge Maia, o que se casou no Paraguai?”, admirando, segundo jornal, as pessoas que o cercavam com esse “prodígio de memória em um octogenário”. E todos “sorriam a cada uma dessas provas de lucidez de espírito do velho conde”⁹².

No dia seguinte à chegada, o Conde e do príncipe visitaram a *Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil*, sediado no Club dos Diários. Composta, como mencionamos anteriormente, por objetos e retratos ligados à Monarquia, a exposição foi vista demoradamente pelo Conde e pelo príncipe, sendo objeto de um detalhado artigo de *A Noite*. Sobre as impressões do Conde, observa o jornal: “tinha palavras de recordação, citando episódios e inquirindo de pessoas contemporâneas dos períodos recapitulados”. Examinou todos os objetos, reconhecendo

os personagens retratados: “- O Nabuco, o Patrocínio, o Taunay, o Ferreira Vianna”⁹³. Ao entrar no salão de baile do Clube, teria comentado: “(...) Aqui vi reunidos vivos todos esses políticos que ora vejo em retratos. (...) O Zacarias, o João Alfredo, o Dantas...o general Osório...”⁹⁴.

Sobre as impressões do príncipe, a matéria destaca um comentário bem simbólico sobre uma das fotos da família imperial: “Foi tirada em Petrópolis pouco tempo antes da revolução republicana. Cá estou eu. Tinha pouco mais de quatorze anos.”⁹⁵

Mas as lembranças do Conde não ficaram restritas ao seu grupo de velhos companheiros de batalha, também aflorando durante seus passeios pela cidade do Rio. Vale ressaltar que estamos trabalhando com descrições, ou avaliações feitas pela imprensa de quais teriam sido as impressões ou reações do Conde, durante seus passeios pela cidade. No arquivo do Museu do Imperial, encontram-se as cartas redigidas pelo próprio Conde sobre a viagem. São vinte cartas dirigidas à princesa Isabel, durante o período em que permaneceu no Brasil⁹⁶. Todavia, tais documentos não serão incluídos em nossa análise, pois, o que nos interessa é o que disseram sobre o visitante e não o inverso. Desta forma, são deveras interessantes os artigos de Viriato Correa⁹⁷, publicados no *Correio da Manhã*.

O primeiro artigo, cujo tema é um passeio de automóvel pela orla da Avenida Beira Mar até Copacabana, Viriato descreve a surpresa do conde ao verificar as mudanças pelas quais a cidade tinha passado, presentes inclusive no Palácio Guanabara, onde residiu com sua esposa. Ao vislumbrar o palácio, exclamara maravilhado: “Como está mudado!”. Depois, rodeou as palmeiras defronte ao mesmo, identificando as que foram plantadas por ele e as que foram plantadas pela princesa. Ainda sobre esse passeio, Viriato comenta que, várias vezes, o Conde tinha mandado parar o automóvel “para lembrar um fato que se dera em tal ou qual rua que passava, para recordar a história de um prédio e das figuras que nele habitaram”⁹⁸.

Em um segundo artigo, a memória do Conde seria ressaltada novamente, quando de sua visita ao convento de Santo de Antônio, em homenagem aos restos mortais de algumas figuras da família imperial que ali repousavam. Todavia, o aspecto do lugar não teria lhe agradado: os caixões da imperatriz Leopoldina, de sua filha, a princesa

Paula Mariana, e filho, príncipe Carlos Borromeu, estavam abandonados. Ao observar o fato, o Conde perguntou ao frei que os acompanhava, onde estavam a placa e a coroa de madeira que ornamentavam, respectivamente, o caixão da imperatriz e da princesa Paula Mariana. Depois de muito insistir que tais adereços realmente existiam, finalmente encontrou um deles: “E veio saindo com a coroa dourada nas mãos, muito contente, como se tivesse encontrado um tesouro. Ao chegar ao caixão da princesa, depositou-a cuidadosamente bem no centro”⁹⁹.

Outras referências a tais passeios também aparecem na imprensa, evidenciando como despertavam o interesse dos leitores. Uma delas está numa entrevista com o secretário do IHGB, Max Fleiuss, que acompanhou os reais visitantes em muitos deles. Na entrevista, fornecida ao jornal *A Notícia*¹⁰⁰, Fleiuss reforça os aspectos citados por Viriato Correa: “Dotado de excelente memória, o conde d’Eu lembrava-se de tudo e referia episódios. Na Rua Paysandu recordou-se que as palmeiras dali foram plantadas pela princesa Isabel e por ele”. O secretário do IHGB adiciona ainda alguns outros exemplos da extraordinária memória do Conde, ao se referir às visitas de personagens da realeza ao Palace Hotel, onde estava hospedado¹⁰¹. Já sobre o passeio, citado por Viriato Correia, ao Convento Santo Antonio, encontramos referências no *Jornal do Brasil*, que ressalta novamente a “prodigiosa memória”¹⁰² do Conde, ao notar o adereço que faltava no esquife da Imperatriz.

Ao final do mês de janeiro, Conde e príncipe deixariam a capital para visitar o estado de Minas Gerais, seguindo depois para São Paulo, e regressando em 6 de fevereiro. A despedida dos visitantes reais não teve a grandiosidade da recepção, sendo um evento bem simples e curto, sobre o qual o *Jornal do Brasil* não fornece muitos detalhes.

À passagem do automóvel de Suas Altezas, que era seguido de outros conduzindo vultos proeminentes, tanto do tempo do Império como do atual regime, o povo descobria-se em atitude respeitosa, rendendo homenagens ao velho soldado das campanhas do Paraguai e ao seu ilustre filho, neto do ex-Imperador D. Pedro II¹⁰³.

No fim da visita do Conde, o estrangeiro antipático e avarento, transformou-se em um o velhinho simpático e veterano de guerra. É clara assim a reconstrução da

imagem desse príncipe francês, que, em 1921, é realizada: são esquecidos os episódios do passado, que caracterizaram este personagem, selecionando-se sua fase de militar devotado à defesa do país. Certamente por isso, uma nova viagem foi planejada para o ano seguinte, e assim, um dos mais atacados e desprezados membros da família imperial, retornaria dentro em breve, com o intuito de participar das comemorações do Centenário da Independência. No entanto, com a saúde já fragilizada, o Conde iria falecer a bordo do navio *Massília*, exatamente quando retornava ao Brasil, para participar de tais festas, em 28 de agosto de 1922.

Passado o traslado dos despojos imperiais em 1921, restava a última grande comemoração do governo de Epitácio Pessoa: o Centenário da Independência. Projetada originalmente para ser uma mostra nacional, a exposição do Rio de Janeiro, realizada de setembro de 1922 a julho de 1923, assumiu gradualmente a estrutura e organização de uma típica exposição universal do século XIX (Tenório, 1994: 123-148). Com seus “pavilhões e palácios profusamente iluminados”, a Exposição oferecia aos seus visitantes “mais do que um retrato da nação presente”, mas sim evidenciava “os sonhos e as aspirações da nação moderna que se queria ser” (Motta, 1992: 72). Celebrava-se também o iberismo e a aliança com a antiga metrópole portuguesa. Como parte dos festejos, uma expedição área comandada por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, cruzou pela primeira vez o Atlântico, sendo recebidos no Rio de Janeiro, como verdadeiros heróis da modernidade. A viagem motivou ainda, inúmeros discursos, onde se vangloriou o gênio e a herança portuguesa na formação racial do brasileiro (Sandes, 2000: 115).

Enquanto na exposição do Rio de Janeiro, figurava a “nação coesa e unida” (Tenório, 1994), os modernistas articulavam e alimentavam um crescente regionalismo paulista, que tinha como principal objetivo “a legitimação da metrópole bandeirante como cabeça da nova nação que então se buscava construir”, implicando a desqualificação do Rio de Janeiro (Motta, 1992: 81). Ou seja, como uma “ilha de harmonia e consenso” (Tenório, 1994), a exposição de 22 encontrava-se rodeada por todos os lados de agitações políticas, crises econômicas, rebeliões regionais, inquietações sociais e culturais, próprias da profunda crise identitária pela qual passava

a sociedade brasileira, em parte gerada pela própria comemoração, que levantou polemicas questões sobre que nação devia-se ou queria-se comemorar (Motta, 1992). A própria inauguração do evento ocorreu em meio à grave crise política, devido à vitória de Artur Bernardes nas eleições presidenciais¹⁰⁴, o clima de agitação marcou todo o primeiro semestre do ano de 1922, culminando com a revolta tenentista do Forte de Copacabana em 5 de julho, sendo decretado, pelo presidente Epitácio Pessoa, imediato estado de sítio¹⁰⁵.

Uma “ilha de harmonia e coesão” que também estaria, é claro, presente na escrita da história, e representada no “Livro de Ouro do Centenário”, que procurou sintetizar e selecionar temas capazes de “abrilhantar o presente”, com a escrita de uma história onde não se escutava os ecos tormentosos das lutas da independência na Bahia, em Pernambuco ou no Pará. Como analisou o historiador Noé Sandes, comemorava-se no centenário, o progresso da nação brasileira, onde a glória do Império, como consolidador da unidade nacional, era reconhecida, porém compreendida dentro da evolução natural da história, no sentido do ideário republicano, sendo este o “núcleo simbólico fundamental das comemorações de 22”. (Sandes, 2000: 118).

Por fim, o traslado dos despojos, assim como as comemorações de 1922, figurou como um momento de conexão histórica e memorial entre Monarquia e República. Mas, em relação ao último imperador, restaria ainda um ‘último capítulo’. Afinal, acolhidos seus restos mortais na capital da República, faltava levá-los para seu ‘verdadeiro’ lugar, a cidade de Petrópolis. Faltava também o mausoléu, cuja possibilidade de conclusão seria vislumbrada no cenário de outra comemoração: a do centenário natalício de D. Pedro II, que ocorreria em dezembro de 1925. Todavia, tratava-se de “outra República”, mergulhada nas agitações do governo de Artur Bernardes, onde comemorar Pedro II vai adquirir outros significados, ao passo que os debates sobre como o governo devia participar de tais comemorações apresentar-se-iam bem mais calorosos.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Primárias

1.1. Documentais

CORRESPONDÊNCIA do Conde d'Eu para a princesa Isabel (1921). *Arquivo Grão-Pará*. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

OFÍCIOS da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa.
_____. 1921. Estante 215, prateleira 01, volume 02. Arquivo Histórico do Itamaraty.

TELEGRAMAS expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa. 1918-1926. Estante 215, prateleira 04, volume 12. Arquivo Histórico do Itamaraty.

TELEGRAMAS recebidos da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa. 1919-1922. Estante 215, prateleira 04, volume 07. Arquivo Histórico do Itamaraty.

TRASLADAÇÃO dos Restos mortais do Imperador e Imperatriz do Brasil. Nº 32, 3º piso, maço 26. Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Portugal.

1.2 Periódicos

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

CORREIO DA MANHÃ (Rio de Janeiro)

GAZETA DE NOTÍCIAS (Rio de Janeiro)

O IMPARCIAL (Rio de Janeiro)

JORNAL DO BRASIL (Rio de Janeiro)

JORNAL DO COMMERCIO (Rio de Janeiro)

A NOITE (Rio de Janeiro)

O PAIZ (Rio de Janeiro)

1.3 Impressos

DIÁRIO do Congresso Nacional. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 30 out. 2008.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. t. 90, v. 144, (1921). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

_____. TOMO ESPECIAL. *Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Christina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

2. Livros e Artigos

BEN-AMOS, Avner. Les funérailles de Victor Hugo. In: *Les Lieux de Mémoire*. v. 1. La République. Paris: Gallimard, 1997.

_____. *Funerals, politics and memory in modern France, 1789-1996*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2000.

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CATROGA, Fernando. As comemorações como liturgias cívicas. In: TORGAL, Luis Reis.; MENDES, José Amado.; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal séculos XIX-XX: Da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

_____. *O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CAVALCANTE, Vanessa Matheus. O Tiradentes de Viriato Corrêa: o herói-mártir a serviço de uma pedagogia da nacionalidade. In: II JORNADA DISCENTE DO PPHPBC (CPDOC/FGV). INTELECTUAIS E PODER, 19-21 out. 2010. *Anais...* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/jornadadiscendente/trabalhos>>. Acesso em: nov. 2011.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)*. Dissertação (Mestrado) – PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Do estrangeiro antipático e avarento, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d’Eu. *Revista Mosaico* (Rio de Janeiro), v. II, p.01 - 16, 2010. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>, acesso em 15 de jun. de 2015.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 01 ago. 2005.
- _____. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 1.)
- FUREIX, Emmanuel. *La France des Larmes. Deuils Politiques à l'âge romantique (1814-1840)*. Seyssel: Champ Vallon, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. "A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado". In: NOVAIS, Fernando; SCHWARZ, Lilia Moritz. *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2009.
- GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-61, 2000. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 01 jun. 2005.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 156 (388): 459-609, jul./set. 1995.
- _____. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et. al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. 18. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.
- JUNIOR, Mario Cléber. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 1.)
- MALATIAN, Teresa. O Retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Fapesp, 1992.

- MARCELINO, Douglas Attila. *O corpo da Nova República: funerais de presidentes e a memória de Tancredo Neves*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.
- MOTTA, Marly. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.
- _____. 1922, O Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão. In: *A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: PORTUGAL E BRASIL*. Seminário promovido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e pelo CPDOC-FGV, Coimbra, 5-7 maio / Rio de Janeiro, 20 set. 2010.
- NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 1.)
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les Lieux de Mémoire*. v. 1. La République. Paris: Gallimard, 1997.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OZOUF, Mona. Le Panthéon. L'École normale des morts. In: NORA, P. (Org.). *Les Lieux de Mémoire*. v. 1. La République. Paris: Gallimard, 1997. p. 157.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiana: Ed. da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- SCHUTZ, Alfred. Investigações sociológicas. Aquele que retorna ao lar. In: WAGNER, Helmut. *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Eduardo. A República comemora o Império: Um aspecto político-ideológico da crise dos anos 20. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ, v. 1, n. 2, p. 104,

jan./abr.1986.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a república: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-81, 1994. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>. Acesso em: out. de 2007.

_____. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas (1890/1922)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

TENORIO, Maurício. Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o centenário da Independência do Brasil e a raça cósmica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 123-48, 1994. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>. Acesso em: out. de 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 1.).

¹ “Ontem, um milhão e quinhentas mil pessoas nos Champs-Élysées! (...) No momento em que o corpo de Napoleão entrou nos Invalides, formou-se um arco-íris (...). É o homem da sedução, até o fim. Paris, a cidade dos milagres” (**Tradução nossa**).

² “A justiça de Deus na voz da História”, *O Imparcial*, 9 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. TOMO ESPECIAL. Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Christina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 207.

³ Assim como Pedro II, também Napoleão Bonaparte morreu fora de sua pátria, sendo trasladado para França 19 anos após sua morte. A idéia de repatriar as cinzas de Napoleão não era nova. Umhas 30 petições nesse sentido chegaram a Câmara dos Deputados francesa entre 1830 e 1839 (Fureix, 2009: 283).

⁴ Thiers anunciou oficialmente a notícia do retorno das cinzas à Câmara dos Deputados em 12 maio de 1840 (Fureix, 2009: 282).

⁵ O regime conhecido como Monarquia de Julho (1830-1848), levou ao trono Luís Felipe de Orleans, da dinastia Bourbon, que ficaria conhecido como o Rei cidadão ou Rei burguês, pelo tom liberal que imprimiu à monarquia, diferenciando-a dos outros regimes reacionários implementados na França no século XIX (Ben-Amos, 2000: 63).

⁶ Internamente, Thiers enfrentava o desafio de aprovar uma reforma parlamentar e enfrentar uma crise econômica, agravada por revoltas no interior e também nas cidades francesas, especialmente dentre os trabalhadores. Já a crise externa, tratava-se da Questão Oriental, relativa à desagregação do império turco, transformava os Bálcãs e o Oriente num campo de batalha das potências européias, especialmente entre Grã-Bretanha, Rússia e França (Ben-Amos, 2000: 71; Hobsbawm, 2004:152-157).

⁷ Como exemplo, Fureix cita o jornal francês *La Quotidienne*: “Alguns escreverão sob seu túmulo: A Napoleão, legítimo soberano da França! Trata-se do partido bonapartista com o Ministério; outros: A Napoleão, o único! E outros: a Napoleão, o guerreiro! A Napoleão, o legislador! A Napoleão, o ditador!”. *La Quotidienne*, 31 de maio de 1840 (*apud* Fureix, 2009: 284, **tradução nossa**).

⁸ Desenvolvemos esses argumentos ao longo de nossa tese de doutorado (2012), na qual trabalhamos detalhadamente ao exílio e morte de D. Pedro II, bem como, todo o processo em prol da revogação do banimento da família imperial, ocorrido em 1920.

⁹ Publicada em 1924, com objetivo de refletir sobre os 100 anos de independência e os 35 anos da República, o livro congrega a jovem intelectualidade da década de 20, que não viveu nem a Abolição,

nem a República. Seus ensaios criticam o atraso do regime republicano, e seu divórcio dos reais problemas do país. Dentre os autores, destaca-se, além de Vicente Licínio, Oliveira Vianna, Alceu de Amoroso Lima e Gilberto Amado. A obra foi objeto de análise de inúmeros autores, e além do artigo de Malatian (1992), cabe ressaltar os trabalhos de Lucia Lippi (1990), Marly Motta (1992), e Angela de Castro Gomes (1998).

¹⁰ Como é sabido, D. Pedro II faleceu no exílio, em 5 de dezembro de 1891, em Paris, e seus restos mortais foram alocados no panteão dos Bragança, na Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa.

¹¹ Segundo a historiadora Mona Ozouf, a ideia de “grande homem” constrói-se em oposição a de “rei” e “herói”, no bojo do Iluminismo, em meados do XVIII, e tem como base a noção de mérito e, portanto, de enaltecimento do “grande homem” como uma figura em meio a uma “república de talentos e de virtudes”, na qual o rei não tem lugar reservado, mas, sim, um lugar a ser por ele conquistado; por isso a necessidade de separar os reis dos “grandes homens”, bem como dos heróis (Ozouf, 1997: 157).

¹² A ‘Marcha dos Dezoito do Forte’ marcou a estreia dos tenentes no cenário político, e culminaria em um movimento posteriormente denominado ‘tenentismo’. Tal movimento teve como principais figuras os oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes e capitães – que, em meio a crise das eleições de Artur Bernardes, radicalizaram as manifestações de protesto, passando à rebeldia aberta contra o regime, procurando intervir de fato nas disputas políticas. O movimento não tinha uma proposta militarista, no sentido de implementar um governo militar, mas defendia “a moralização da política contra as oligarquias cafeeiras” (Junior, 2003: 313-349).

¹³ No bojo do movimento de renovação que marcou a intelectualidade brasileira na década 20, o movimento modernista de São Paulo seria responsável por consagrar a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 nessa cidade, como marco de instauração do moderno no Brasil (Velloso, 2003)

¹⁴ Entre 1872-1920, a população do país aumenta 203%, no Rio de Janeiro, por exemplo, passa da marca de 1 milhão de habitantes; e em São Paulo, da marca dos 500 mil. (Neto, 2003: 226-227).

¹⁵ Durante a Primeira República, a classe trabalhadora lutou pela conquista de uma nova legislação, enfrentando muita resistência por parte do patronato. Se as grandes greves de 1917 em São Paulo, e de 1919 no Rio de Janeiro, implicaram em algumas melhorias, a partir do ano de 1920, durante o governo de Epitácio Pessoa, verificou-se um aumento considerável da repressão, voltada especialmente para os anarquistas. A chamada ‘questão social’ ou ‘questão do anarquismo’, configurou-se numa ‘questão de polícia’, sendo os anarquistas identificados como os maiores inimigos da ordem e da sociedade. (Gomes, 2005: 135).

¹⁶ A convite do então presidente Epitácio Pessoa, os reis belgas visitaram o Brasil em 1920, entre os meses de setembro e outubro, realizando inclusive várias viagens pelo interior do Brasil, passando pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A visita dos reis belgas foi assunto de nossa dissertação de mestrado, intitulada *Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)*, defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, sob orientação do professor Marcos Bretas.

¹⁷ Entre 08 de janeiro e 15 de fevereiro, Conde e príncipe visitaram as seguintes cidades: Petrópolis, Barra do Pirai, Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo e Sorocaba. Como referência, ver as matérias publicadas pelo *Jornal do Brasil* sobre a estadia dos reais visitantes.

¹⁸ “O Imperador e o seu túmulo. Onde devem repousar no Brasil os despojos de D. Pedro II? O *Jornal do Brasil* sugere a cidade de Petrópolis”. *Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1920.

¹⁹ As instituições convocadas pelo Instituto Histórico foram representadas por seus respectivos presidentes: a Academia de Medicina foi representada por Miguel Couto; o Clube de Engenharia por Paulo de Frontin; o Instituto da Ordem dos Advogados por Carvalho Mourão; a Sociedade Nacional de Agricultura pelo senador Lauro Muller; a Sociedade de Geografia pelo almirante Gomes Pereira; a Sociedade Propagadora das Belas Artes, e a Sociedade Amante da Instrução, por Francisco J. Bethencourt da Silva Filho, e o Colégio de Pedro II, por seu diretor Carlos de Laet. *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1925.

²⁰ Affonso Celso Assumiu a presidência em 1912, após a morte do Barão de Rio Branco (Guimarães, 2007).

²¹ Os objetivos antes da reforma eram “coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil”; após a reforma, modificaram-se para: “proceder a estudos e

investigações concernentes à História, Geografia, Etnografia e Arqueologia, principalmente do Brasil”. (Guimarães, 2007: 50-51).

²² Refiro-me respectivamente aos trabalhos de João Gonçalves (2000) e Luigi Bonafé (2008).

²³ *Jornal do Brasil*, 08 de set. de 1920.

²⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* pp.23-24

²⁵ “Ato de verdadeira reparação histórica e de justiça. Está revogado banimento da família imperial. Foi ontem sancionado a respectiva resolução legislativa”. *Jornal do Brasil*, 04 de set. de 1920.

²⁶ A Matriz em estilo gótico, projetada por Francisco de Azevedo Peixoto, começou a ser construída em 1884, mas as obras foram paralisadas por falta de recursos (provavelmente devido à mudança do regime político), sendo retomadas somente em 1918. Foi inaugurada em novembro de 1925.

²⁷ *Correio da Manhã*, 27 de maio de 1920.

²⁸ “Para onde irão os despojos dos ex-imperadores? A idéia de um Pantheon, por meio de subscrição popular”. *A Noite*, 07 de ago. de 1920.

²⁹ *Diário do Congresso Nacional*; 9 de julho de 1906. Sobre o projeto de Coelho Lisboa e os debates acerca do traslado dos restos mortais do imperador ver: FAGUNDES, Luciana. As batalhas no Congresso Nacional em prol da revogação do banimento da família imperial e do traslado dos despojos de D. Pedro II e Thereza Christina para o Brasil (1891-1920). In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: 2013. Disponível em http://www.shh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1290. Acesso em 15 de jun. de 2015.

³⁰ Os ataúdes dos imperadores estavam depositados no panteão da Casa de Bragança, na Igreja de São Vicente de Fora em Lisboa, onde além dos monarcas, estavam também os cardeais-patriarcas da Igreja Católica portuguesa (Catroga, 1998).

³¹ O telegrama é datado de 3 de agosto de 1920. “Os despojos mortais dos ex-imperadores. A princesa Isabel indica a cidade de Petrópolis - A sugestão do "Jornal do Brasil". *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1920.

³² Utilizamos aqui como referência a noção de *lugar de memória* como definida por Pierre Nora (1997: 27).

³³ “D. Pedro II”. *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1920.

³⁴ *Trasladação dos Restos mortais do Imperador e Imperatriz do Brazil*. nº 32, 3º piso, maço 26. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa. Portugal.

³⁵ *O Século*, Lisboa, 29 de novembro de 1920.

³⁶ Telegramas enviados pelo Ministro das Relações, Azevedo Marques, em 06 de novembro: “Couraçado S. Paulo (...) passará Lisboa receber restos mortais imperadores. Queira Vossencia tomar providências para que isso seja feito sem perda de tempo. Comunique isso clara e urgentemente ao Governo Portugues.”; e em 23 de nov. de 1920: “Presidente quer saber urgência qual tempo mínimo necessário ao São Paulo para ali receber os restos mortais dos ex-Imperadores visto como ele deseja que vapor demore-se ali menos tempo possível havendo conveniência em que regresse logo ao Brasil. Peça providências nesse sentido”. *Telegramas expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa* (1918-1926). Est. 215, prat. 04, vol. 12 Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁷ Como assinala o telegrama de 06 de novembro: “Governo já se entendeu com a família Imperador. Virão no São Paulo Conde d’Eu, Príncipe D. Pedro, Barão de Muritiba os quais embarcarão aí”. *Telegramas expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa*. *Op.cit.* O convite do governo brasileiro foi, inclusive noticiado pela imprensa portuguesa (*O Século*, Lisboa, 07 de dezembro de 1920).

³⁸ A justificativa para utilizar a “bandeira antiga”, era de que era comum “nesses casos”. Telegrama recebido em 14 de dez de 1920. *Telegramas recebidos da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa*. Arquivo Histórico do Itamaraty (1919-1922). Est. 215, prat. 04, vol.07. Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁹ Telegrama expedido em 16 de dezembro de 1920, e assinado pelo ministro Azevedo Marques. *Telegramas expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa* (1918-1926). *Op.cit.*

⁴⁰ Telegrama recebido em 17 de dez. de 1920. *Telegramas recebidos da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa* (1919-1922). *Op.cit.*

⁴¹ Telegrama expedido em 18 de dezembro de 1920, e assinado pelo ministro Azevedo Marques. *Telegramas expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa* (1918-1926). *Op.cit.*

⁴² “A recepção dos fêretros imperais. Deverá ser puramente oficial? – O que o Governo está autorizado a fazer”. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1920.

⁴³ Idem.

⁴⁴ “O Repatriamento dos ex-imperadores. Honras de chefe de Estado e outras homenagens do governo. A Comissão Executiva, no Catete”. *Gazeta de Notícias*, 28 de novembro de 1920.

⁴⁵ *A Notícia*, 04 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* pp.75-78.

⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 8 de janeiro de 1921.

⁴⁷ *Diário Oficial*, 18 de dezembro de 1920; In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.*p. 48.

⁴⁸ *Diário Oficial*, 18 de dezembro de 1920; *Jornal do Commercio*, 4 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.*pp. 48-53; pp.73-74.

⁴⁹ *A Noite*, 04 de janeiro de 1921.

⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 08 de janeiro de 1921.

⁵¹ A comissão formada por Frederico Vergueiro Steidel; Rodolfo S. Tiago; Ovidio Pires de Campos; José Carlos Macedo Soares; Prudente de Moraes Neto. Idem.

⁵² Maria Prado Guimaraes, Gilda Pamplona de Menezes, Maria Malheiros Machado e Chantal Prado. Idem.

⁵³ *Jornal do Commercio*, 09 de janeiro de 1921.

⁵⁴ *A Gazeta*, São Paulo, 18 de dezembro de 1920. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* pp. 54-55.

⁵⁵ Fundada em 1916, no contexto da Primeira Guerra Mundial, a Liga, cujo presidente foi o literato Olavo Bilac, tinha como objetivo difundir o civismo e patriotismo, apoiando, por exemplo, a campanha pela implementação do serviço militar obrigatório (Coelho, 1972).

⁵⁶ Alegando problemas de saúde, Ruy acabaria renunciando ao posto, sendo substituído pelo literato Coelho Neto. *Jornal do Commercio*, 08 de janeiro de 1921.

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 22 de dezembro de 1920.

⁵⁸ “Não há mais proscritos no Brasil”. *Jornal do Brasil*, 08 de janeiro de 1921.

⁵⁹ “Bemvidos sejam”. *O Paiz*, 08 de janeiro de 1921.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

⁶² *Jornal do Commercio*, 09 de janeiro de 1921. Narrativa baseada nas descrições feitas pelo periódico.

⁶³ Idem.

⁶⁴ *Jornal do Commercio*, 09 de janeiro de 1921.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ “Chegam hoje ao Rio de Janeiro os despojos dos últimos imperadores do Brasil. Um grande monarca e uma justa reparação à memória daquele que consagrou meio século de existência à felicidade e à grandeza de seu país”. *Correio da Manhã*, 08 de janeiro de 1921.

⁷¹ “Repousam, enfim, em terra brasileira, os despojos de Pedro II, o Magnanimo, e d. Theresa Christina, a Mãe dos Brasileiros”. *Correio da Manhã*, 09 de janeiro de 1921.

⁷² *Gazeta de Notícias*, 9 de janeiro de 1921.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ *O Imparcial*, 09 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* *Op.cit.* p. 207.

⁷⁶ *Gazeta de Notícias*, 09 de jan. de 1921.

⁷⁷ “Notas e Notícias”. *Gazeta de notícias*, 10 de janeiro de 1921.

⁷⁸ “Manifesto dos Republicanos de 89”. *O Paiz*, 08 de janeiro de 1921; publicado também no jornal *A Noite*, 07 de janeiro de 1921.

- ⁷⁹ “Como alguns propagandistas encaram as homenagens prestadas a D. Pedro II”. *A Noite*, 07 de janeiro de 1921.
- ⁸⁰ “Os fundadores da República. A romaria aos seus túmulos”. *O Paiz*, 09 de janeiro de 1921.
- ⁸¹ Era caracterizado como avaro, deselegante e descortês; sua impopularidade ficaria marcada nas palavras de Rui Barbosa: “Circunstancias, que toda gente sabe entre nós, envolvem hoje a família imperial na mais desastrosa impopularidade; e esta concentra-se sobre o nome do sr. Conde d’Eu”. (Barbosa, 1947: 323. *Apud* Mello: 2007: 189).
- ⁸² O retorno do Conde d’Eu em 1921 foi analisada detalhadamente no artigo: FAGUNDES, Luciana. Do estrangeiro antipático e avaro, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d’Eu. *Revista Mosaico* (Rio de Janeiro), v. II, p.01 - 16, 2010. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>, acesso em 15 de jun. de 2015.
- ⁸³ *Jornal A Notícia*, 04 de janeiro de 1921 In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* 77.
- ⁸⁴ *Idem*.
- ⁸⁵ *Jornal O Imparcial*, 08 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* p. 104.
- ⁸⁶ *Idem*.
- ⁸⁷ *Jornal do Commercio*, 9 de janeiro de 1921.
- ⁸⁸ *Gazeta de Noticias*, 9 de janeiro de 1921.
- ⁸⁹ *Idem*.
- ⁹⁰ *Ibidem*, pp. 169-170.
- ⁹¹ Como grande organizador do evento, o IHGB foi o encarregado pela distribuição de tais cartões. Estavam isentos de apresentá-los representantes do governo, do corpo diplomático, do Senador e Câmara dos deputados, do Supremo Tribunal Federal, militares de terra e mar, e representantes da imprensa, clero e ordens religiosas. *Jornal do Commercio*, 07 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* p. 88.
- ⁹² *O Imparcial*, 09 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* pp. 211-213
- ⁹³ *A Noite*, 09 de janeiro de 1921.
- ⁹⁴ *Ibidem*.p. 220. Cabe ressaltar, a importância dos personagens citados pelo Conde, especialmente Manuel Luís Osório, comandante das tropas brasileiras durante umas das mais importantes batalhas da Guerra do Paraguai, a Batalha do Tuiuti (24 de maio de 1866), sendo consagrado como modelo ideal do soldado brasileiro. Segundo Celso Castro, apenas a partir de 1923 seu culto seria substituído pela figura do Duque de Caxias, como patrono do exército brasileiro (Castro, 2002:13).
- ⁹⁵ *Idem*.
- ⁹⁶ *Arquivo do Museu Imperial*. *Arquivo Grão-Pará*. XLII – Conde d’ Eu. XLII – 5. D. Isabel Cristina, princesa imperial e condessa d’Eu.
- ⁹⁷ Teatrólogo, jornalista, romancista e cronista, o intelectual maranhense ficaria conhecido por sua obra escrita para o público infantil, o livro *Cazuza* (1938). Sendo a temática e o objetivo de suas obras, voltadas para ensinar uma *história-pátria*. (Cavalcante, 2010).
- ⁹⁸ “O Marido da Redentora”. Por Viriato Correa. *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1921.
- ⁹⁹ “Despojos abandonados”. Por Viriato Correa. *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1921.
- ¹⁰⁰ “As impressões do Conde d’Eu e do Príncipe d. Pedro. Palestra com Max Fleuiss”. *A Notícia*, 10 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* p. 225.
- ¹⁰¹ Sobre a visita de uma senhora “descendente de família que foi íntima do Paço”, Fleuiss descreve: “O conde d’Eu, informando de sua origem, manifestou-se gratíssimo pela visita e fez perguntas relativas aos membros da família, denunciando, pelos pormenores, que tinha nítida idéia de todos e desejando saber da situação atual de cada um”. *Idem*
- ¹⁰² *Jornal do Brasil*, 15 de janeiro de 1921.
- ¹⁰³ *Jornal do Brasil*, 16 de fev. de 1921.
- ¹⁰⁴ A sucessão do presidente Epitácio Pessoa, e o subsequente governo do mineiro Artur Bernardes, foi o ápice da crise política que marcou a década de 20. Os grupos dominantes de Minas e São Paulo fecharam em torno da candidatura de Arthur Bernardes e Urbano dos Santos. A chapa formada gerou discordâncias

importantes no seio das oligarquias regionais, levando as oligarquias dos estados de segunda grandeza, representados pelo Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, a articularem um movimento que ficaria reconhecido como Reação Republicana, lançando, em 24 de junho de 1921, as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra à presidência e vice-presidência da República. A plataforma do movimento era justamente uma ampla crítica ao imperialismo dos grandes estados. A campanha também se revestiu de um apelo popular, com destaque para a agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910, e participação dos tenentes. (Ferreira, 1993: 9-23).

¹⁰⁵ A Marcha dos Dezoito do Forte foi o epicentro de uma série de outros movimentos ocorridos na capital federal, como na Vila Militar e na Escola Militar do Realengo, também foram registradas ocorrências de conflitos em Niterói e no Maranhão (Junior, 2003: 317).